

Sumário

CAPÍTULO I Política Patrimonial: do Conceito à Gestão	11
1.1 Cultura e patrimônio cultural.....	11
1.2 A revolução francesa e os valores do patrimônio.....	20
1.3 O movimento modernista, o Estado Novo e o surgimento do SPHAN	26
1.4 Uma autonomia fraca e a abertura da política patrimonial: o PCH e o CNRC	31
1.5 A Constituição Federal de 1988 e a consolidação de um novo paradigma	37
1.6 Os principais instrumentos de acautelamento pelo Poder Público	45
1.7 O Monumenta e o PAC Cidades Históricas	52
1.8 A lei de incentivo à cultura.....	59
1.9 O Programa Revive e o PPI	65
1.10 Síntese do capítulo	69
CAPÍTULO II O Terceiro Setor no Brasil.....	71
2.1 Cooperação pública e o conceito de interesse público.....	71
2.2 A origem do terceiro setor.....	77
2.3 O surgimento do terceiro setor no Brasil	82
2.4 Conceito de terceiro setor	88
2.5 O terceiro setor no Brasil: constituição, classificação e qualificação...96	

2.6 O terceiro setor em números.....	102
2.6.1 Dados da FASFIL.....	103
2.6.2 Dados do Mapa das OSC.....	107
2.7 Existe um setor 2,5 ou quarto setor?.....	110
2.8 Síntese do capítulo	115
CAPÍTULO III Fundos Patrimoniais e Filantropia	117
3.1 Definição de fundo patrimonial	117
3.2 Caridade, ethos católico e a Igreja.....	123
3.3 Da caridade à filantropia	129
3.4 Filantropia de mercado e filantroc capitalismo	134
3.5 A outra face da filantropia	141
3.6 Filantroestatismo	144
3.7 Investimento social privado: a filantropia no Brasil	149
3.8 Filantropia em números.....	154
3.9 Síntese do capítulo	162
CAPÍTULO IV A Lei nº 13.800/2019 e o Fundo Patrimonial do IPHAN....	165
4 As três origens do instrumento.....	165
4.2 A tragédia do Museu Nacional: da MPv 851/2018 à Lei 13.800/2019...	173
4.3 O desenho jurídico-institucional da Lei nº 13.800/2019.....	178
4.4 Aspectos relevantes sobre os fundos patrimoniais	182
4.4.1 Respeito à vontade do doador	182
4.4.2 Política de investimento e resgate	188

4.5 As iniciativas do IPHAN	194
4.5.1 ACT com a Intermuseus	194
4.5.2 A consultoria do IDIS	198
4.6 Os fundos patrimoniais e a alteração de paradigma da política patrimonial.....	202
4.7 Fontes alternativas de receita	209
4.8 Principais barreiras e incentivos fiscais.....	215
4.9 O uso da marca institucional	221
Considerações Finais.....	225
Referências.....	229